



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo C03 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Instituições e instituições

O homem não vive sem as instituições – sejam elas políticas, religiosas, jurídicas, financeiras, educacionais, esportivas ou de qualquer outra natureza, importância e amplitude. Do pequeno clube recreativo do interior ao Estado nacional ou à Igreja milenar, temos criado desde nossa origem instituições de todo tipo, por meio das quais nos agrupamos em torno dos mais distintos interesses, que tanto podem ser a devoção por uma escola de samba como a implantação de um sistema nacional de educação. As instituições, entendidas nesse amplo espectro, nascem, crescem, se transformam ou morrem segundo as necessidades nossas. Em princípio, elas são criadas para assegurar os fundamentos da ordem, da organização, da parceria, do conagraamento, do espírito coletivo. Estamos conscientes de que, sem elas, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.

No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos, ódios e terremotos sociais. Isto nos leva a crer que, embora necessárias, múltiplas e atuantes, as instituições não asseguram o ordenamento social, a propagação da justiça, a harmonização dos interesses. Pode mesmo ocorrer o contrário: há instituições ditas “organizadas” que prosperam na atividade criminosa, disseminando o mandonismo, o ódio e a violência. Isso significa que a criação mesma de instituições pode ser motivada por um instinto destrutivo, discriminativo, hostil aos princípios básicos da civilização. “Crime organizado”, “formação de quadrilha”, “corporativismo” são expressões que lembram os diferentes modos pelos quais se podem instituir forças socialmente negativas e deletérias.

Uma grande dificuldade é a de discernir entre as instituições saudáveis, que de fato correspondem a algum interesse social, e aquelas que só se instalam como aparelho organizacional para mesquinamente auferir vantagens, cercear direitos, garantir privilégios. Outra grande dificuldade está em distinguir, dentro das instituições públicas oficiais, democraticamente criadas, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se valem exatamente da imagem de legitimidade delas para, furtivamente, fazerem valer seus interesses particulares. O efeito desse tipo de ação é dos mais nefastos: quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinqüentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força. Isso leva, como a História tem mostrado, à implantação das piores ditaduras, dos regimes de exceção, do autoritarismo e do sectarismo terrorista – exemplos das instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade.

(Saulo de Magalhães)

1. A repetição de palavra que há no título desse texto – **Instituições e instituições** – justifica-se porque, com esse procedimento, o autor
 - (A) encarece, de modo enfático, a importância que as instituições saudáveis assumem em qualquer tipo de organização social.
 - (B) considera a necessidade de discernir entre as instituições de efetivo valor social e as manipuladas por interesses reprováveis.
 - (C) manifesta sua descrença nas instituições que se multiplicam para melhor contemplar os interesses mesquinhos de grupos minoritários.
 - (D) alude à divisão entre as instituições permanentes, como a da Igreja, e as transitórias, como a de uma corporação pouco expressiva.
 - (E) acentua a necessidade social de preservar as instituições, adaptando-as, para isso, às diferentes contingências históricas.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, o autor reconhece a importância das instituições, analisa as modalidades em que se dividem e critica a finalidade nefasta para a qual algumas são criadas.
 - II. No segundo parágrafo, o autor não admite a possibilidade de que as instituições deletérias se organizem de modo eficaz, em virtude de atenderem a interesses outros que não os sociais.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor estabelece uma relação entre o aviltamento das instituições públicas e as graves conseqüências políticas que decorrem disso.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *forças socialmente negativas e deletérias* = poderes anti-sociais e destrutivos.
 - (B) *não asseguram o ordenamento social* = não asseveraram o enquadramento da sociedade.
 - (C) *disseminando o mandonismo* = refluindo o autoritarismo.
 - (D) *entendidas nesse amplo espectro* = apreendidas nesse quadro difuso.
 - (E) *mesquinamente auferir vantagens* = tolamente conferir privilégios.

<p>4. No terceiro parágrafo, afirma o autor que a imagem de legitimidade das instituições</p> <p>(A) acaba evitando que se propaguem as iniciativas dos indivíduos sem escrúpulos.</p> <p>(B) revela o sentido público que podem ganhar algumas iniciativas privadas.</p> <p>(C) acentua, inequivocamente, o interesse pessoal de quaisquer iniciativas.</p> <p>(D) garante a plena realização das iniciativas de quem deseja o bem comum.</p> <p>(E) pode vir a servir ao encobrimento da prática de ações interesseiras e inconfessáveis.</p>	<p>9. Na frase <i>No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por:</p> <p>(A) Ainda assim, contando com a</p> <p>(B) Porém, ainda que houvesse a</p> <p>(C) Apesar disso, pelo fato de haver a</p> <p>(D) Todavia, apesar da</p> <p>(E) Por conseguinte, a despeito da</p>
<p>5. O tratamento pronominal adequado varia conforme a natureza da instituição e do cargo que alguém nela ocupa. Estarão corretos, por exemplo, a forma de tratamento e a concordância verbal na seguinte frase, dirigida a um senador da República:</p> <p>(A) Pediríamos que Vossa Excelência vos dignesse apreciar a proposta ora encaminhada.</p> <p>(B) Gostaríamos que Vossa Eminência se dignasse apreciar a presente reivindicação.</p> <p>(C) Vimos solicitar a Sua Excelência que vos dignesse apreciar esta recomendação.</p> <p>(D) Solicitamos que Vossa Excelência se digne apreciar esta proposta.</p> <p>(E) Vimos à presença de Sua Eminência para que consideres nossa proposta.</p>	<p>10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O homem não prescinde das instituições, <u>com as quais</u> costuma se valer para a organização da sociedade.</p> <p>(B) Sem as instituições, <u>nas quais</u> é possível atribuir a propriedade do disfarce, não haveria formas de organização social.</p> <p>(C) Nos piores momentos da história, <u>aonde</u> vicejam os regimes de exceção, o homem reconhece sua vocação mais nefasta.</p> <p>(D) A desmoralização das instituições públicas é uma iniciativa <u>de cuja</u> responsabilidade se deve aos delinqüentes de todo tipo.</p> <p>(E) Criando instituições, <u>para cuja</u> estabilidade concorre o esforço de muitos, os homens buscam se reconhecer como cidadãos.</p>
<p>6. <i>Estamos conscientes de que, sem as instituições, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.</i></p> <p>Uma outra forma correta de expressar o que diz a frase acima é: <i>Estamos conscientes de que imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva,</i></p> <p>(A) porquanto não houvessem as instituições.</p> <p>(B) no caso delas não terem havido.</p> <p>(C) não fossem as instituições.</p> <p>(D) deixassem as instituições de nos faltar.</p> <p>(E) não obstante as instituições.</p>	<p>11. O homem sempre criou instituições; <u>implementando as instituições</u>, o homem <u>atribui às instituições</u> o papel que <u>cabe às instituições desempenhar</u> como elemento fundamental para a organização da sociedade, pois, sem contar <u>com a organização da sociedade</u>, imperará a barbárie.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) implementando-as; atribui-lhes; lhes cabe desempenhar; com esta</p> <p>(B) implementando-as; as atribui; lhes cabe desempenhar; com a mesma</p> <p>(C) implementando-lhes; lhes atribui; as cabe desempenhar; com essa</p> <p>(D) as implementando; lhes atribui; à elas cabe desempenhar; com ela</p> <p>(E) implementando-lhes; atribui-lhes; cabe-lhes desempenhar; com aquela</p>
<p>7. Há plena observância das normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Sempre haverá os que lucram com quaisquer iniciativas de que resulte algum ônus para a imagem de confiabilidade de que carecem as instituições públicas.</p> <p>(B) A crescente disseminação de instituições que trabalham contra os interesses populares constituem um verdadeiro flagelo dos tempos modernos.</p> <p>(C) É curioso chamarem-se <i>crime organizado</i> a um tipo de iniciativas que investe, exatamente, contra a ordem social.</p> <p>(D) Não aprovuessem aos homens criar instituições, certamente viveríamos todos sob o signo da violência e da barbárie.</p> <p>(E) Tudo o que tem mostrado as sucessivas civilizações faz concluir que as instituições servem tanto aos bons quanto aos maus propósitos humanos.</p>	<p>12. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. O homem aplica-se em criar instituições, que podem lhe acarretar graves dissabores.</p> <p>II. Os regimes autoritários, que decorrem diretamente do desvirtuamento das instituições, são os mais nefastos.</p> <p>III. Não se impute defeito às instituições, cujo propósito essencial é permitir que os homens se organizem.</p> <p>A supressão da(s) vírgula(s) acarretará alteração de sentido em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) estão sendo criadas.</p> <p>(B) são criadas.</p> <p>(C) foram criadas.</p> <p>(D) têm criado.</p> <p>(E) têm sido criadas.</p>	

<p>13. No terceiro parágrafo, o primeiro período se inicia com a expressão <i>Uma grande dificuldade</i> e o segundo se inicia com a expressão <i>Outra grande dificuldade</i>. Há, entre esses dois períodos, uma relação que exprime</p> <p>(A) uma sucessão de alternativas. (B) um nexos de causalidade. (C) uma justaposição simples. (D) uma contradição insuperável. (E) um critério hierárquico.</p>	<p>17. Atentando-se para a adequada articulação entre os tempos e os modos verbais, completa-se a frase Caso não fossem necessárias as instituições com o seguinte segmento:</p> <p>(A) haverão os homens de tê-las criado? (B) por que os homens as haverão de criar? (C) tê-las-íamos criado? (D) ainda assim as teremos criado? (E) tê-las-emos criado?</p>
<p>14. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Ao longo do tempo, os corruptos nem sempre se desaviram com as instituições; pelo contrário, muitos souberam usá-las em benefício próprio. (B) Em respeito à ética, se os interesses particulares se contrapuserem aos públicos, devem prevalecer estes, e não aqueles. (C) Caso não detêssemos boa parte dos nossos ímpetos destrutivos, nenhuma sociedade conheceria um momento sequer de estabilização. (D) Quando os estados nacionais não intervêm nas instituições corrompidas, a ordem social tende a fragilizar-se cada vez mais. (E) Se tivessem prevalecido as boas causas pelas quais nossos antepassados tiveram de lutar, estaríamos hoje numa sociedade mais justa.</p>	<p>18. Considerando-se a frase <i>quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinquentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força</i>, é correto afirmar que</p> <p>(A) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> não sofreria alteração caso se substituísse <i>de uma instituição pública</i> por <i>das instituições públicas</i>. (B) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> iria para o plural caso lhe seguisse <i>pelas ações</i>, em vez de <i>pela ação</i>. (C) o sentido da expressão <i>quando se desmoraliza</i> é equivalente ao da expressão <i>ainda quando se desmoralize</i>. (D) a voz verbal predominante é a ativa. (E) a ação expressa em <i>propaga-se a crença</i> é condição para a expressa em <i>quando se desmoraliza</i>.</p>
<p>15. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, numa forma do plural, para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) -lhes (parecer) justo que as instituições sejam manipuláveis? (B) Eles, a quem nenhuma instituição jamais (importar) quaisquer restrições, são os que mais reclamam. (C) Caso não se (assegurar) às minorias o direito de se expressarem, as majorias acabarão exercendo um poder totalitário. (D) Se não (vir) a ocorrer, em qualquer sociedade, tantos desmandos institucionais, não haveria a necessidade de tantos organismos de fiscalização. (E) É por (disseminar) ódios e privilégios que muita instituição acaba se desmoralizando a si mesma.</p>	<p>19. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) As alterações <u>porque sofrem</u> as instituições podem ser necessárias. (B) Os caminhos <u>porque percorrem</u> os valores humanos são, por vezes, indevassáveis. (C) Se há rigor e ética nas instituições, algumas não funcionam <u>mesmo porquê?</u> (D) Há que se investigar o <u>porquê de as</u> instituições serem tão manipuláveis. (E) Não se sabe o <u>por que das</u> instituições serem falhas, mesmo quando bem arquitetadas.</p>
<p>16. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) A obsolescência das instituições constitui um dos grandes desafios dos legisladores, cuja função é reconhecer as solicitações de sua contemporaneidade. (B) Ao se denigrarem as boas reputações, desmoralizam-se os bons valores que devem reger uma sociedade. (C) A banalização dos atos anti-sociais é um sintoma da doença do nosso tempo, quando a barbárie dissimula-se em rotina. (D) Quando, numa mesma ação, convergem defeitos e méritos, confundimo-nos, na tentativa de discriminá-los. (E) Os hábitos que medeiam as relações sociais são louváveis, quando eticamente instituídos, e odiosos, quando ensejam privilégios.</p>	<p>20. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Se muitas vezes as instituições públicas abrigam interesses privados, é quando os homens percebem que podem usá-las ao seu bel prazer. (B) Historicamente, a implantação de ditaduras tem ocorrido em conseqüência do desprestígio e do aviltamento das instituições públicas. (C) É o cúmulo que se tratem por organizadas toda instituição cuja finalidade irregular surge como se fosse do interesse público. (D) Basta procurarmos na História alguma época em que imperou a harmonia absoluta para não encontrarmos uma sequer de que pudéssemos exemplificar. (E) Embora variem muito quanto a finalidade, está no princípio de todas as instituições o valor social com cujo os homens as terão concebido.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que se refere aos princípios administrativos, considere:

- I. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- II. A Administração Pública, no exercício de faculdades discricionárias, deve atuar em plena conformidade com critérios racionais, sensatos e coerentes, fundamentados nas concepções sociais dominantes.

As proposições I e II dizem respeito, respectivamente, aos princípios da

- (A) eficiência e razoabilidade.
- (B) moralidade e eficiência.
- (C) eficiência e impessoalidade.
- (D) imperatividade e razoabilidade.
- (E) publicidade e motivação.

22. O atributo da imperatividade garante que os atos administrativos obrigacionais sejam

- (A) revogados pela própria administração, em razão de seu poder de autotutela.
- (B) executados pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (C) considerados verdadeiros e conforme o ordenamento jurídico.
- (D) convalidados ante a constatação de sua nulidade absoluta, com efeitos *ex nunc*.
- (E) impostos a terceiros, independentemente de sua concordância.

23. Observe as seguintes proposições referentes aos atos administrativos:

- I. Ao praticar atos de gestão, a Administração utiliza sua supremacia sobre os destinatários.
- II. Constitui ato administrativo complexo o decreto assinado pelo Presidente da República e referendado pelo Ministro de Estado.
- III. O ato será vinculado quando o ordenamento jurídico estabelecer apenas um objeto como possível para atingir determinado fim.
- IV. Os atos pendentes não estão aptos a produzir efeitos jurídicos, posto que não completaram seu ciclo de formação.

Estão corretas APENAS

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

24. No que se refere à revogação dos atos administrativos,

- (A) os atos vinculados podem ser revogados com efeitos *ex tunc*, de acordo com a conveniência e oportunidade.
- (B) a revogação opera efeitos *ex nunc* e não alcança os atos administrativos que exauriram os seus efeitos.
- (C) o Judiciário sempre pode revogar os atos discricionários que se verificaram inconvenientes e inoportunos, com efeitos *ex nunc*.
- (D) é prerrogativa exclusiva da Administração Pública revogar, com efeitos retroativos, os atos administrativos vinculados eivados de vícios ou defeitos.
- (E) os atos discricionários podem ser revogados pela própria Administração Pública com base em seu poder de autotutela, por razões de ilegalidade.

Atenção: As questões de números 25 e 26 referem-se à Lei nº 8.112/90.

25. Sobre a revisão do processo administrativo disciplinar prevista na Lei nº 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- (A) em caso de ausência do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
- (B) o ônus da prova cabe àquele que pleitear a revisão do processo administrativo disciplinar.
- (C) da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.
- (D) a alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento para o pedido de revisão.
- (E) a revisão poderá ocorrer a qualquer tempo, a pedido ou de ofício.

26. O servidor estável ocupante de cargo de provimento efetivo em autarquia federal, ao ser investido no mandato

- (A) de Vereador e não havendo compatibilidade de horários, perceberá somente a remuneração do cargo eletivo.
- (B) de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) de Deputado Estadual, será automaticamente exonerado de seu cargo.
- (D) de Governador, será afastado do seu cargo, mas poderá acumular ambas as remunerações.
- (E) de Senador e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

27. Com relação ao processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, observe as seguintes proposições:

- I. As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- II. A edição dos atos de caráter normativo não podem ser objeto de delegação.
- III. A decisão dos recursos administrativos pode ser delegada à autoridade de menor grau hierárquico.
- IV. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Estão corretas APENAS

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

Atenção: As questões de números 28 e 29 referem-se à Lei nº 8.666/93.

28. No transcorrer do procedimento licitatório, todos os concorrentes foram declarados inabilitados. Diante desta situação, o órgão responsável pelo certame poderá

- (A) fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimada das causas que deram margem à inabilitação.
- (B) declarar inexigível a licitação e contratar diretamente com o interessado que apresentou melhor técnica e preço.
- (C) dispensar a licitação e adjudicar seu objeto ao concorrente que ofereceu o menor preço.
- (D) anular o procedimento licitatório e realizar outro, desde que mantidas todas as condições preestabelecidas.
- (E) revogar a licitação em curso e contratar diretamente com o concorrente que propôs o menor preço.

<p>29. Após dois anos da assinatura do contrato entre o município de Corumbá e a empresa vencedora da licitação, esta não pode dar início ao objeto pactuado devido à não-liberação, por parte da municipalidade, no prazo contratual, do local para a execução da obra. Não podendo mais manter o avençado, a empresa terá a faculdade de</p> <p>(A) revogar unilateralmente o contrato em virtude da ocorrência de caso fortuito regularmente comprovado.</p> <p>(B) rescindir unilateralmente o contrato ante a existência da causa justificadora da inexecução do contrato denominada <i>exceptio non adimpleti contractus</i>.</p> <p>(C) alegar a existência de interferências imprevistas para interromper imediatamente a execução do contrato.</p> <p>(D) pleitear a rescisão do contrato em virtude da caracterização do fato da Administração.</p> <p>(E) determinar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão do fato do príncipe.</p>	<p>33. Segundo o disposto na Lei de Orçamento Público (Lei nº 4.320/64), consideram-se subvenções as</p> <p>(A) transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.</p> <p>(B) dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.</p> <p>(C) dotações para o planejamento e a execução de obras.</p> <p>(D) dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.</p> <p>(E) receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.</p>
<p>30. O edifício sede do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul integra a categoria dos bens</p> <p>(A) de uso comum do povo, já que destinado legalmente à fruição exclusiva por parte da Administração Pública.</p> <p>(B) dominicais, que podem ser desafetados para integrar o patrimônio disponível da Administração Pública.</p> <p>(C) de uso especial, uma vez que se destina ao uso da Administração para consecução de seus objetivos.</p> <p>(D) dominicais, posto que destinado, por sua natureza, ao uso coletivo ou exclusivo por parte do Poder Público.</p> <p>(E) de domínio nacional, pois encontra-se afetado à dominialidade da pessoa jurídica de direito público interno.</p>	<p>34. Eventual proposta de emenda à Constituição Federal alterando dispositivos constitucionais referentes à saúde e à previdência social, rejeitada pela Câmara dos Deputados, NÃO pode ser reapresentada</p> <p>(A) por afrontar cláusula pétrea.</p> <p>(B) na ocorrência do estado de emergência.</p> <p>(C) na mesma sessão legislativa.</p> <p>(D) pelos membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) pelos membros do Senado Federal.</p>
<p>31. A Administração Pública, ao revogar uma permissão de uso de bem público por razões de conveniência, exerce controle</p> <p>(A) interno, de mérito e anterior.</p> <p>(B) interno, de mérito e posterior.</p> <p>(C) externo, de legalidade e concomitante.</p> <p>(D) externo, de mérito e posterior.</p> <p>(E) interno, de legalidade e anterior.</p>	<p>35. No que concerne aos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) é livre a expressão de atividade de comunicação, independentemente de censura ou licença e é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.</p> <p>(B) a associação poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de seus membros ou associados, desde que esteja legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos.</p> <p>(C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.</p> <p>(D) a autoridade competente poderá utilizar a propriedade particular em caso de iminente perigo público, assegurado o direito de indenização ulterior se houver dano.</p> <p>(E) qualquer cidadão é parte legítima para ajuizar ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público e estará isento, em qualquer hipótese, de custas judiciais e do ônus da sucumbência.</p>
<p>32. Nos três meses finais de seu mandato, determinado Prefeito Municipal enviou projeto de lei à Câmara dos Vereadores propondo a criação de dez cargos em comissão. No prazo de duas semanas, transformado em lei, os servidores foram nomeados. Diante da situação narrada e, nos termos do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), o ato</p> <p>(A) de nomeação é nulo, uma vez que nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o final do mandato apenas podem ser nomeados servidores concursados.</p> <p>(B) de nomeação é válido, uma vez que expedido dentro de prazo de até 3 (três) meses que antecede o término do mandato.</p> <p>(C) que ocasionou o aumento de despesa com pessoal é anulável ante a regra que proíbe a nomeação de servidores durante o último ano de mandato.</p> <p>(D) que culminou com o aumento de despesas pode ser convalidado, no exercício financeiro seguinte, pelo sucessor do prefeito.</p> <p>(E) que resultou no aumento da despesa com pessoal é nulo de pleno direito, posto que expedido dentro dos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato.</p>	<p>36. No que concerne ao Título III da CF/88, que prevê a Organização do Estado Brasileiro, especificamente sobre a Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.</p> <p>(B) os cargos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos e naturalizados que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.</p> <p>(C) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.</p> <p>(D) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, cabendo ao administrador público definir os critérios de sua admissão.</p> <p>(E) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é possível, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público.</p>

<p>37. A inobservância, pelo Congresso Nacional, do prazo constitucional de 60 dias, para conversão de medida provisória em lei, cuja vigência já tenha sido prorrogada uma vez,</p> <p>(A) ocasionará a perda da eficácia, salvo se a mesma medida provisória for reeditada na mesma sessão legislativa.</p> <p>(B) ocasiona perda <i>ex nunc</i> da eficácia da medida provisória.</p> <p>(C) não ocasiona perda da eficácia da medida provisória, salvo se houver explícita rejeição do projeto de conversão.</p> <p>(D) ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que outra medida provisória tenha sido editada após o prazo de 60 dias para o Congresso se manifestar.</p> <p>(E) ocasiona perda <i>ex tunc</i> da eficácia da medida provisória.</p>	<p>41. Promulgada uma nova Constituição Federal, a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da Constituição antiga, mas continua válida pela teoria</p> <p>(A) da constitucionalização.</p> <p>(B) da desconstitucionalização.</p> <p>(C) da repristinação.</p> <p>(D) do poder constituinte subordinado.</p> <p>(E) da recepção.</p>
<p>38. No que concerne ao Poder Legislativo é correto afirmar que</p> <p>(A) as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria simples de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.</p> <p>(B) a Câmara Municipal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, Distrito Federal e Territórios.</p> <p>(C) os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.</p> <p>(D) as imunidades de Deputados ou Senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio.</p> <p>(E) após a proclamação do resultado do pleito, um candidato eleito para o cargo de Deputado Federal que cometer crime será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>42. No que concerne ao Presidente e Vice-Presidente da República, é correto afirmar:</p> <p>(A) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os brancos e nulos.</p> <p>(B) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos será chamado ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato será proclamado vencedor aquele que obteve a maior votação no primeiro turno.</p> <p>(D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição cento e vinte dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>(E) O Presidente e Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, por período superior a trinta dias, ausentar-se do país, sob pena de perda de cargo.</p>
<p>39. A proposta de Emenda Constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos:</p> <p>(A) 2/3 (dois terços) dos votos de seus respectivos membros.</p> <p>(B) 3/5 (três quintos) dos votos de seus respectivos membros.</p> <p>(C) a maioria absoluta dos votos de seus respectivos membros.</p> <p>(D) a maioria simples dos votos de seus respectivos membros.</p> <p>(E) metade dos votos de seus respectivos membros.</p>	<p>43. Considere as seguintes assertivas sobre a Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária da União e das Entidades da Administração direta e indireta:</p> <p>I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.</p> <p>II. O controle Externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>III. O Tribunal de Contas encaminhará ao Congresso Nacional, bimestral e anualmente, relatório de suas atividades.</p> <p>IV. O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>40. No que concerne às disposições gerais da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.</p> <p>(B) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites estabelecidos em lei específica.</p> <p>(C) as hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estão previstas na Carta de 1988.</p> <p>(D) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros, preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.</p> <p>(E) os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.</p>	<p>44. Prescreve o artigo 5º, XV, da Constituição da República: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Estamos diante de uma norma constitucional de eficácia</p> <p>(A) limitada, na medida em que não é auto-aplicável.</p> <p>(B) plena, mas com possibilidade de restrição através de lei.</p> <p>(C) limitada, na medida em que sua aplicação depende de regulamentação por lei.</p> <p>(D) contida, com aplicação imediata, mas com possibilidade de restrição.</p> <p>(E) plena, não comportando nenhuma espécie de restrição.</p>

<p>45. Projeto de Lei implicando majoração de imposto é aprovado pelo Congresso Nacional e encaminhado ao Presidente da República onde aguarda sanção ou veto já pelo prazo de doze dias. O Presidente da República, com base na relevância e urgência, expede Medida Provisória dispondo sobre a mesma matéria constante do referido projeto de lei. A Medida Provisória em questão deverá ser considerada</p> <p>(A) inconstitucional, pois o projeto de lei já foi sancionado em virtude do silêncio do Chefe do Poder Executivo dentro do prazo de dez dias.</p> <p>(B) inconstitucional, pois é vedada a adoção de Medida Provisória sobre matéria que implique em instituição e majoração de impostos.</p> <p>(C) inconstitucional, pois a "relevância" e a "urgência" não são mais pressupostos para adoção de Medida Provisória.</p> <p>(D) constitucional, pois atende a todos os requisitos previstos na Constituição Federal.</p> <p>(E) inconstitucional, pois é vedada a adoção de Medida Provisória que verse sobre matéria disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.</p>	<p>49. De acordo com a Constituição Federal, com relação ao Ministério Público é correto afirmar:</p> <p>(A) É permitido aos seus membros exercer atividade político-partidária, bem como participar de sociedade comercial.</p> <p>(B) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização.</p> <p>(C) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, porém não é assegurada a autonomia administrativa.</p> <p>(D) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de dez membros nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) O Conselho Nacional do Ministério Público será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, por expressa disposição constitucional.</p>
<p>46. NÃO constituem bem da União</p> <p>(A) os recursos minerais.</p> <p>(B) os potenciais de energia hidráulica.</p> <p>(C) os rios que banham apenas um Estado Federado.</p> <p>(D) as cavidades naturais subterrâneas.</p> <p>(E) os sítios arqueológicos.</p>	<p>50. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.</p> <p>(B) o <i>habeas-corpus</i> e o mandado de segurança, decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.</p> <p>(C) nos crimes comuns, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.</p> <p>(D) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado bem como os membros dos Tribunais Superiores.</p> <p>(E) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro.</p>
<p>47. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente</p> <p>(A) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) do Congresso Nacional, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(C) do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(D) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(E) do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p>	<p>51. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. A empresa que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço é considerada empregadora.</p> <p>II. Empregado é toda pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não-eventual a empregador, sob a subordinação deste e mediante salário.</p> <p>III. Empregado é toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a subordinação deste e mediante salário.</p> <p>IV. Como regra, o requisito pessoalidade do empregador é fundamental para a sua conceituação.</p> <p>Está integralmente correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>48. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Tribunais Regionais do Trabalho:</p> <p>I. Compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>II. Metade dos seus membros são escolhidos dentre advogados com mais de sete anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de sete anos de efetivo exercício.</p> <p>III. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	

<p>52. Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego,</p> <p>(A) apenas as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(B) apenas os profissionais liberais e as associações recreativas que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(C) apenas as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(D) apenas os profissionais liberais e as instituições de beneficência ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(E) os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.</p>	<p>55. Com relação às fontes de Direito do Trabalho, é certo que</p> <p>(A) o direito comum não será fonte subsidiária do direito do trabalho, em razão da incompatibilidade com os princípios fundamentais deste.</p> <p>(B) os usos e costumes são uma importante fonte do Direito do Trabalho sendo que, muitas vezes, da sua reiterada aplicação pela sociedade, é que se origina a normal legal.</p> <p>(C) é defeso, como regra, as autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirem, conforme o caso, por equidade.</p> <p>(D) é defeso, como regra, as autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirem, conforme o caso, por analogia.</p> <p>(E) o interesse de classe ou particular deve prevalecer sobre o interesse público, em razão da natureza humanitária inerente da relação própria de emprego.</p>
<p>53. Quatro empresas possuem personalidade jurídica própria, mas estão sob a direção de outra empresa constituindo um grupo industrial. Neste caso é correto afirmar que, para efeitos da relação de emprego,</p> <p>(A) não haverá qualquer tipo de responsabilidade entre as empresas, uma vez possuem personalidade jurídica própria.</p> <p>(B) será responsável apenas a empresa principal, por exercer a direção do grupo industrial.</p> <p>(C) não haverá qualquer tipo de responsabilidade entre as empresas, uma vez tratar-se de grupo industrial e não comercial.</p> <p>(D) serão solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.</p> <p>(E) serão solidariamente responsáveis apenas as quatro empresas subordinadas, excluindo-se a empresa principal.</p>	<p>56. Com relação ao salário mínimo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a remuneração diária do trabalhador poderá ser inferior à do salário mínimo por dia normal, quando o salário for convencionado por tarefa ou peça.</p> <p>(B) é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, exceto ao trabalhador rural, por dia normal de serviço.</p> <p>(C) destina-se a satisfazer, em determinada época e região do País, apenas as necessidades normais de alimentação, habitação e higiene.</p> <p>(D) destina-se a satisfazer, em determinada época e região do País, apenas as necessidades normais de alimentação e higiene.</p> <p>(E) é devido ao trabalhador em domicílio, considerado este como o executado, na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere.</p>
<p>54. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.</p> <p>II. Não se computará, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, o período em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar.</p> <p>III. Não se computará, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, o período em que o empregado estiver afastado do trabalho por motivo de acidente do trabalho.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>57. Com relação as secretarias das Varas do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Cada Vara do Trabalho terá duas secretarias, sob a direção de seus respectivos diretores de secretaria.</p> <p>(B) Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, dentro dos prazos, serão descontados em seus vencimentos, em um salário mínimo vigente à época.</p> <p>(C) Compete à secretaria das Varas do Trabalho a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos.</p> <p>(D) Cada Vara do Trabalho terá duas secretarias, sob a direção do corregedor geral do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região.</p> <p>(E) Não compete à secretaria das Varas do Trabalho o fornecimento de certidões sobre o que constar dos livros ou do arquivamento da secretaria.</p>

58. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em
- (A) dois anos para o trabalhador urbano e cinco anos para o trabalhador rural, após a extinção do contrato.
 - (B) dois anos para os trabalhadores urbano e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato.
 - (C) dois anos para os trabalhadores urbano e rurais, após a extinção do contrato, sem prazo limite para a interposição da ação.
 - (D) cinco anos para os trabalhadores urbano e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato.
 - (E) cinco anos para os trabalhadores urbano e rurais, após a extinção do contrato, sem prazo limite para a interposição da ação.
-
59. Quando o empregador fornecer, *in natura*, uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula $Sd = Sm - P$, em que Sd representa o salário em dinheiro, Sm o salário mínimo e P a soma dos valores daquelas parcelas na região. De acordo com o Decreto-Lei nº 5.452/43, o salário mínimo pago em dinheiro NÃO será inferior a
- (A) 30% (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região.
 - (B) 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo fixado para a região.
 - (C) 40% (quarenta por cento) do salário mínimo fixado para a região.
 - (D) 45% (quarenta por cento) do salário mínimo fixado para a região.
 - (E) 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo fixado para a região.
-
60. Nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho haverá um distribuidor. Os distribuidores são designados pelo Presidente do
- (A) Tribunal Superior do Trabalho dentre os funcionários das Varas do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho, existentes na mesma localidade.
 - (B) Tribunal Regional do Trabalho dentre os funcionários das Varas do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho, existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao mesmo Presidente.
 - (C) Tribunal Superior do Trabalho apenas dentre os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, existente na mesma localidade.
 - (D) Tribunal Regional do Trabalho apenas dentre os funcionários das Varas do Trabalho, existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao mesmo Presidente.
 - (E) Tribunal Regional do Trabalho apenas dentre os funcionários dos Tribunal Regional do Trabalho, existente na mesma localidade, e diretamente subordinados ao mesmo Presidente.